FOTO: DIVULGAÇÃO

MANIFESTO EM DEFESA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

MOBILIZAÇÃO EDUCAÇÃO

PROFESSORES DE TANGARÁ PARTICIPAM DE MOBILIZAÇÕES EM DEFESA DOS DIREITOS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

REPRESENTANTES DO SINTEP *Tangará seguem para Cuiabá e Brasília*

INGRIDY SILVA / ESTÁGIO DE JORNALISMO

Professores da rede pública de Tangará da Serra participam nesta semana importantes movimentos organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT). As ações acontecem em Cuiabá e Brasília, com o objetivo de defender os direitos dos servidores e discutir a valorização profissional.

Em Cuiabá, os representantes participaram do 9º Encontro Estadual de Dirigentes das Subsedes do Sintep-MT, no final de semana, que reuniu educadores de todo o estado para formação e debate sobre temas como recomposição salarial e reforma administrativa.

Após o encontro, os tangaraenses permanecem na capital para o manifesto em defesa do funcionalismo público, marcado para está segunda-feira, 27 de outubro, véspera do feriado do Dia do Servidor Público, na Praça Ipiranga, a partir das 13h30. Juntos com outros sindicatos de servidores, lutam contra a política de desvalorização e contra a Reforma Administrativa.

> ***É HORA DE REVITALIZAR O MOVIMENTO SINDICAL E CHAMAR OS TRABALHADORES À PARTICIPAÇÃO***

Segundo a professora Francisca Alda, integrante do Sintep de Tangará, a principal cobrança é a reposição salarial, que há anos não acompanha a inflação. "Existe muita perda salarial e isso afeta diretamente a qualidade de vida dos profissionais da educação", destacou.

Ela também alerta para os riscos trazidos pela reforma administrativa, que ameaça a estabilidade e o formato democrático dos concursos públicos. "Essa reforma pode acabar com o concurso como conhecemos hoje. Isso prejudica quem sonha em ingressar no serviço público e também toda a população que depende dele", afirma.

Encerradas as atividades em Cuiabá, os representantes seguem para Brasília, onde participam na quarta-feira, 29, de um manifesto nacional em defesa da educação e do serviço público, no Museu Nacional da República, em Brasília.

A Marcha Nacional do Serviço Público contra a Reforma Administrativa foi convocada pela CUT, em conjunto com outras centrais sindicais, confederações e federações de servidores, e conta com o apoio das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

FOTO: DIVULGAÇÃO

MESA DE ABERTURA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

SERVIDOR PÚBLICO EM DEBATE

Audiência discute valorização, recomposição salarial e saúde mental dos servidores de Tangará

ANA LUCIA ANDRUCHAK / ESTÁGIO DE JORNALISMO

A valorização, a recomposição salarial e a saúde mental dos servidores públicos municipais de Tangará da Serra foram os principais temas discutidos durante a Audiência Pública realizada na última sexta-feira, dia 24 de outubro, na Câmara Municipal.

Na abertura, a vereadora Sarah Botelho destacou que o momento é para ouvir todos. "E buscar diálogo para resolver as condições de trabalho dos servidores que cuidam do nosso município".

O vereador Horácio Pereira reforçou: "Estamos aqui para fortalecer essa luta dos servidores, pois entendemos que são eles que carregam o município nas costas", pontuou.

Representantes sindicais e servidores falaram sobre precariedade nas condições de trabalho e defasagem salarial.

"Estamos aqui para lutar contra a defasagem salarial que chega a 70%", afirmou o servidor Edir Pessoa de Souza.

Daniel Ferreira Junior, da Federação do Sindicato dos Servidores Municipais, reforçou: "Estamos aqui junto aos servidores na defesa dos direitos trabalhistas".

> ***ESTAMOS AQUI PARA FORTALECER ESSA LUTA DOS SERVIDORES***

Também presente na audiência, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra (SSERP), Willians Reis, destacou o trabalho dos servidores, em todos os setores. "Quando você acorda e tem água na torneira, quando leva seu filho à escola, quando é atendido no hospital municipal, são servidores trabalhando. Sofremos uma defasagem histórica de mais de vinte anos".

O evento encerrou com o compromisso dos parlamentares em intermediar o diálogo com o Executivo Municipal para que as negociações avancem.